



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais fotográficos, mesas digitalizadoras interativas e monitores de vídeo, com garantia do fornecedor, conforme especificações, condições, exigências e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, para atender as necessidades da Escola de Inteligência (ESINT) da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

1.2. Os objetos a serem adquiridos deverão ter as seguintes especificações técnicas básicas:

GRUPO 1						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	<p>Câmera fotográfica profissional (somente o corpo) – Marca/Modelo de referência: NIKON D750 ou de melhor qualidade</p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <p>a) Deve permitir a conectividade por <i>wi-fi</i>;</p> <p>b) Possibilidade de comando por meio de aplicativo de celular (sistema operacional androide);</p> <p>c) Sensor de imagem de 24 <i>Megapixels</i>;</p> <p>d) Tamanho do sensor: 35,9 mm x 24 mm;</p> <p>e) Sensibilidade do ISO de até 12.800, sendo expansível até 51.200;</p> <p>f) Visor eletrônico traseiro de 3,2 polegadas, na diagonal, em LCD e articulável;</p> <p>g) O fabricante deverá oferecer a garantia das</p>	150012	Unidade	12	R\$ 6.629,37	R\$ 79.552,44

	máquinas fotográficas digitais pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a partir da certificação de entrega, contra qualquer defeito de fabricação.					
2	Bateria recarregável original, compatível e do mesmo fabricante do produto especificado no item 1	21881	Unidade	12	R\$ 143,39	R\$ 1.720,68
3	Lente para câmera fotográfica, compatível com produto especificado no item 1 Especificações técnicas mínimas: a) Deve ser compatível e do mesmo fabricante do produto especificado no item 1, permitindo o funcionamento do conjunto; b) Deve ser de 28-300mm, f/3.5-5.6g	26905	Unidade	12	R\$ 4.590,71	R\$ 55.088,52
TOTAL DO GRUPO 1						R\$ 136.361,64
ITENS NÃO AGRUPADOS						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
4	Tripé universal para câmera fotográfica Especificações técnicas mínimas: a) Em alumínio, com capacidade de carga mínima de 3kg e cabeça com ajustes para os 3 eixos, facilitando a filmagem/fotografia em diversos ângulos; b) Sistema de abertura e fechamento das seções de pernas do tipo “ <i>quick release</i> ”; c) Regulagem por manivela para elevação e	26867	Unidade	03	R\$ 370,49	R\$ 1.111,47

	abaixamento do tripé; d) Pés em borracha antiderrapante; e) Tamanho mínimo aberto: 550mm.					
5	Monopé universal para câmera fotográfica Especificações técnicas mínimas: a) Em alumínio; b) Cor preta; c) Altura ajustável, pelo menos, até 1,80 metros e fechado medindo aproximadamente 62cm; d) Sistema de travamento <i>flip</i> ; e) Cabeça com inclinação ajustável até 90°.	342913	Unidade	03	R\$ 903,33	R\$ 2.709,99
6	Câmera fotográfica superzoom Especificações técnicas mínimas: a) 16 <i>megapixels</i> ; b) <i>Zoom</i> ótico entre 63x e 125x; c) Controle de exposição múltiplo, incluindo opção de regulação manual; d) Sistema de estabilização de imagens (redução de vibração) para fotografias estáticas e vídeos; e) Gravação de filmes em alta resolução (tecnologia FULL HD); f) Lente não intercambiável; g) Sistema de visualização duplo: um visor eletrônico EVF de alta resolução e um visor tipo tela LCD com ângulo variável;	150012	Unidade	02	R\$ 2.851,60	R\$ 5.703,20

	<p>h) Alimentação de energia por bateria recarregável;</p> <p>i) Sistema de compartilhamento para realizar a transferência de imagens coletadas para computador por meio de conexão USB e <i>wi-fi</i>;</p> <p>j) GPS integrado;</p> <p>k) Bateria recarregável original, de íons de lítio;</p> <p>h) O fabricante deverá oferecer a garantia das máquinas fotográficas digitais pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a partir da certificação de entrega, contra qualquer defeito de fabricação.</p>					
7	<p>Monitor de vídeo ultrawide</p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <p>a) Tela de 34 polegadas;</p> <p>b) Painel Curvo, tipo do painel IPS;</p> <p>c) Resolução de 2560x1080;</p> <p>d) Possuir ângulo de visão de 178º (horizontal e vertical);</p> <p>e) Entradas: HDMI, Display Port, USB 3.0;</p> <p>f) Tensão 100/240 (bivolt);</p> <p>g) Ajuste de altura;</p> <p>h) Suporte incluso;</p> <p>i) Deverá acompanhar fonte de alimentação adequada e todos os cabos necessários para a instalação e energização.</p>	150699	Unidade	06	R\$ 3.199,99	R\$ 19.199,94

8	Mesa Digitalizadora com caneta Especificações técnicas mínimas: a) Área ativa aproximada: 215x130mm; b) Função multitoque; c) Tecnologia: Método de Ressonância Eletromagnética Patenteada; d) Resolução: 5080 lpi e) Tipo de caneta: sensível à pressão, sem fio e sem pilhas; f) Nível de pressão da caneta: 8.192 g) Requisitos do sistema: Porta USB; <i>Windows 7</i> ou posterior (64bits), <i>Bluetooth</i> ; h) A mesa digitalizadora deve vir acompanhada de: 1 (uma) caneta, 1 (um) cabo <i>USB</i> , 10 (dez) pontas de caneta para reposição (6 pontas padrão e 4 de feltro), manual em português; i) Garantia mínima de 12 (doze) meses.	105192	Unidade	04	R\$ 3.570,00	R\$ 14.280,00
VALOR TOTAL DOS ITENS NÃO AGRUPADOS						R\$ 43.004,60
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO						R\$ 179.366,24

1.3. Para os itens do Grupo 1, em atenção ao art. 49, Inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, não haverá cotas reservadas para licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte.

1.3.1. O tratamento diferenciado, no caso concreto, representa prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, uma vez que pode resultar na aquisição de itens de marcas diferentes, incompatíveis entre si, o que traria prejuízos tanto financeiros quanto instrucionais para as atividades da ESINT.

1.4. Para os demais itens não agrupados, a licitação será exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016.

1.5. A licitação terá as propostas julgadas segundo o **menor preço por grupo para os itens agrupados e o menor preço por item para os itens não agrupados**.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, prorrogáveis na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A ABIN, órgão da Presidência da República, ocupa a posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), tendo a seu cargo planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do país. Além disso, compete a esta Agência planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República; planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade; avaliar as ameaças internas e externas à ordem constitucional; promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de Inteligência.

2.2. Para o cumprimento de suas atribuições e sendo partícipe das ações de Inteligência relacionadas à Segurança Pública, a ABIN deve equipar-se com equipamentos capazes de auxiliá-la no desenvolvimento de suas atividades.

2.3. Na sua estrutura organizacional, a ABIN dispõe da ESINT para promover a capacitação permanente na atividade de Inteligência e o desenvolvimento da doutrina de Inteligência. A capacitação profissional desenvolvida pela ESINT é moldada para o atendimento de diversificados grupos de clientes: desde candidatos aprovados em concurso público para provimento de cargos do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN até servidores integrantes de órgãos do SISBIN. A atividade da Escola é um vetor de multiplicação de experiências exitosas de fundamental valorização.

2.4. No que se refere ao desenvolvimento da doutrina de Inteligência, a ESINT busca promover a inovação de materiais que possam ser empregados na produção de conhecimento de Inteligência.

2.5. A proposta de aquisição de material para a ESINT está dividida em grupos de equipamentos, que serão a seguir justificados em termos de necessidade.

2.6. O primeiro conjunto de materiais é o de equipamentos fotográficos (câmeras e lentes). O quantitativo foi mensurado com o intuito de que os materiais sejam utilizados de forma individual durante os cursos promovidos por esta Escola.

2.7. Ressalta-se que os itens relativos aos equipamentos fotográficos e seus acessórios foram agrupados (Grupo 1), pois não se mostra técnica e economicamente viável a aquisição de itens de marcas diferentes, incompatíveis entre si, o que traria prejuízos tanto financeiros quanto instrucionais para as atividades da ESINT.

2.8. Quanto às máquinas fotográficas *superzoom*, foi previsto um número de equipamentos que permite o ensino coletivo do material, uma vez que os princípios da fotometria não são bem identificáveis nesse tipo de equipamento vocacionado à captura de imagem à longa distância, tão somente.

2.9. Os monitores de vídeo e a mesa digitalizadora, por sua vez, são equipamentos necessários para agilizar a criação e elevar a qualidade dos materiais produzidos pela ESINT. A mesa digitalizadora, utilizada com o auxílio de uma caneta própria, reduzirá significativamente o tempo de execução de tarefas e de produção de materiais e conteúdo. O monitor solicitado será utilizado para visualização imersiva de códigos *html*, *css*, *javascript*, imagens e animações, bem como para comparação, lado a lado, entre o trabalho a ser executado e o programa utilizado para a sua criação.

2.10. Tendo em vista as necessidades de formação e capacitação de recursos humanos, bem como o desenvolvimento da doutrina, é indispensável a aquisição dos equipamentos supramencionados.

2.11. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

2.12. Em atenção ao art. 5º, Inciso III, da IN/SLTI/MPOG nº 01/2010, os bens fornecidos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

2.13. A Contratada deverá observar e zelar para que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados, conforme disposto no Inciso IV do art 5º da IN/SLTI/MPOG nº 01/2010.

2.14. A Contratada deverá aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.450/2005, por possuir padrões e características gerais e específicas usualmente

encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado na modalidade pregão, na sua forma eletrônica.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os objetos deverão ser entregues, acompanhados de Nota Fiscal/Fatura, em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho pela fornecedora, na Divisão de Almoxarifado da Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 1, Bloco S, Brasília – DF, CEP 70.610-905, em dia útil, no período das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6. O prazo de garantia do objeto desta contratação deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, ou então aquele concedido pelo fabricante dos produtos adquiridos, prevalecendo o maior.

4.7. Os produtos devem, obrigatoriamente, ser novos, originais e de primeiro uso.

4.8. Caso o objeto adquirido, neste compreendido os produtos novos, originais e de primeiro uso, apresente vício que não decorra do seu normal uso, a Contratada obriga-se a substituí-lo ou repará-lo às suas expensas durante o prazo de garantia.

4.9. Incumbe à Contratada o ônus da prova da origem do defeito.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes

a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

6.1.2. prover todos os cabos, conectores, caixas de conexão e acessórios necessários ao funcionamento dos equipamentos;

6.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

6.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto;

6.1.8. arcar com todos os encargos decorrentes da contratação, especialmente os referentes a tributos, taxas, fretes e seguros;

6.1.9. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.10. exigir de seus prepostos o cumprimento das normas da Contratante;

6.1.11. prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefones, *e-mail*, e o nome do preposto.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do

art. 24 da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3/2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3/2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%
nº de dias no ano: 365

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução para o presente processo de aquisição.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

13.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

13.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

13.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

13.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

- 13.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.
- 13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 14.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2020, e sua classificação será informada no Edital do presente processo licitatório.

Documento assinado eletronicamente

Referência: Processo nº 00091.101046/2019-91

SEI nº 0101008

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -